

Professor da USP condena o acordo

28 JUN 1985

Dívida est

"A conjuntura brasileira e suas perspectivas" foi o tema do encontro empresarial realizado ontem, no Hotel Hilton, promovido pela RRCA. A abertura do encontro ficou por conta do economista João Manuel Cardoso de Mello e do ex-chefe de Promoção e Mercados da Cacex, José Carlos Coimbra.

"É absolutamente inaceitável que o Brasil assine um acordo com os credores internacionais, nos moldes em que está sendo proposto", afirmou o economista e professor da Unicamp, João Manoel Cardoso de Mello. Ele alertou para o fato de as características dessa renegociação equacionar os problemas dos bancos internacionais e não os do País.

Os bancos se comprometem a rolar o principal da dívida durante o período de carência, mas depois disso, o principal começa a ser pago em parcelas crescentes; o **spread** (taxa de risco) é superior ao obtido pelo México; as cláusulas de monitoramento pressupõem fiscalização trimestral por parte do FMI e dos bancos, abrangendo todas as variáveis relevantes para a economia brasileira até o final do século; o **relending** (mecanismo de reemprestímo) como está sendo proposto, dá aos bancos estrangeiros o direito de escolher para quem os recursos devem ser emprestados, internamente — e o setor público tem pago "por fora", entre 2 e 5% de comissão aos bancos internacionais. "Não podemos assinar um acordo nessas bases irrealistas — diante da nova situação política — e incompatíveis com a manutenção do crescimento econômico", sustentou.

No entender de Cardoso de Mello, o problema-chave da renegociação atual, reside na obtenção de salvaguardas, ou mecanismos que permitam ao Brasil, se precaver contra eventuais elevações nas taxas de juros internacionais, ou nova recessão nos Estados Unidos. Sem salvaguardas, o País terá de "se virar" sozinho, frente a conjunturas externas adversas.

O governo tem que assegurar um horizonte mínimo de crescimento econômico e, para tanto, tais salvaguardas são fundamentais, assinalou o economista, para quem, no momento, o poder de negociação do Brasil, junto à comunidade financeira internacional é restrito. Ninguém assume compromissos por 17 anos, no momento em que seu poder de negociação é reduzido. É preciso abrir caminho para o fortalecimento desse poder, e só então voltar à mesa de negociações, ponderou Cardoso de Mello. "Temos ainda, que fazer uma defesa intransigente do nível de reservas internacionais", sublinhou o economista, estimando que o máximo de perda admissível este ano, seria da ordem de US\$ 500 milhões.

PROBLEMAS DOMÉSTICOS

Os principais problemas econômicos que o Brasil enfrenta são de cunho financeiro, e tais distúrbios

acarretam juros elevados e aceleração inflacionária — já que a inflação brasileira é de natureza financeira. Não se pode atribuir a inflação à política salarial, pois, se assim fosse, com a compressão da ordem de 30% nos salários durante os últimos quatro anos, a inflação teria declinado — o que não ocorreu. A base monetária está mais do que comprimida e o crédito também. "Nesse contexto, é insustentável a adoção de uma política monetária ativa, especialmente em face dos juros reais tão elevados. Assim, temos de alinhar as taxas nominais de juros às taxas internacionais, com o propósito de um retorno aos investimentos produtivos", sustentou Cardoso de Mello.

No que concerne à dívida pública, o problema maior não é o seu tamanho, mas seu crescimento — em termos reais — muito elevado. Seu giro está sendo feito a taxas anuais entre 18 e 20%. "O governo pode aumentar a carga tributária para auferir receita, mas esse aumento terá de acompanhar o crescimento — em termos reais — da dívida e, portanto, teria de se situar no nível de 20% ao ano", prosseguiu o economista. Ele criticou a política de congelamento de preços, afirmando que "ela contraria o bom senso" e estimou que a inflação poderá voltar firme, a partir de agosto, embora possa também estabilizar-se (o que é menos provável), em torno de 10% ao mês. "Com inflação de 200% ao ano, pode-se controlar os preços, mas não congelá-los", salientou.

EXPORTAÇÕES

Dentre os inúmeros fatores que afetam o comércio exterior, os principais são de natureza conjuntural: cotação da moeda norte-americana; juros internacionais; grau de protecionismo aplicado pelos países ricos; taxas de crescimento da economia mundial; safras agrícolas e preços das principais **commodities**; guerras, revoluções ou calamidades; capacidade de liquidez das nações em desenvolvimento; questões trabalhistas internas. Esses itens foram enumerados pelo assessor da presidência do Banco do Brasil, José Carlos Coimbra, que, em uma análise sobre o comportamento do comércio brasileiro nos primeiros cinco meses do ano, projetou um superávit na balança comercial para 1985, da ordem de US\$ 10,2 bilhões.

Nos primeiros cinco meses do ano, as exportações nacionais totalizaram US\$ 9,439 bilhões (-6,2% com relação a igual período em 1984); as importações somaram US\$ 5,174 bilhões (-4,2% que em 84), o que leva a um superávit da ordem de US\$ 4,265 bilhões (-8,6% do que em 1984). Para que o País alcance um superávit de US\$ 11,7 bilhões, projetado pelo governo, o superávit, no período de junho a dezembro, teria de ser da ordem de US\$ 1.062 bilhão. Em maio último, o superávit foi de US\$ 1,145 bilhão (quase 10% a menos do que em maio de 84).